

CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A NOVA LEI 14.133/21.

PLANEJAMENTO E FASES DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA, ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP), MAPA DE RISCOS, PREGÃO ELETRÔNICO E GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

★★★★★ AO VIVO & 100% ONLINE



Carga horária

25 horas



Replay

As aulas poderão ser revistas por 48h



AO VIVO

Via Zoom



CERTIFICADO

de participação

APRESENTAÇÃO:

A tão aguardada nova lei de Licitações (14.133/21) foi aprovada no dia 1º de abril de 2021 e com ela, além de grandes inovações, novos procedimentos foram implementados e poderão entrar em vigor de forma imediata, ou até o prazo máximo de 2 anos (vacatio legis). O procedimento das licitações públicas e a gestão dos contratos oriundos deste processo configuram-se eixos estratégicos e de grande relevância para os órgãos brasileiros.

As aquisições realizadas de forma eficiente e eficaz trazem vantagens para a administração pública como um todo e, quando realizadas com o devido e correto planejamento, vão ao encontro dos anseios da sociedade. Para tal, faz-se necessário conhecer a fundo todo o arcabouço legal da nova Lei de Licitações, todas as suas fases e processos, desde o planejamento, iniciado pelos estudos técnicos preliminares, passando pela fase de seleção da proposta até a elaboração, gestão e fiscalização dos contratos. E com a determinação pelo uso do pregão, principalmente, na modalidade eletrônica, apresentaremos este conteúdo também dentro do curso.

QUEM DEVE PARTICIPAR DO CURSO?

Agentes que atuam nas áreas de Suprimentos, Compras, Comissão Permanente de Licitação (CPL), Equipe de Apoio, Pregoeiros e demais setores da logística.

QUAL O CONTEÚDO COMPLETO DO CURSO?**VISÃO SISTÊMICA DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA:**

- Conceito e finalidade de Licitação;
- Breve histórico da Licitação após a Constituição Federal de 1988;
- Fases da Contratação Pública, de acordo com a Lei nº 14.133/2021;
- Dos Procedimentos da Contratação Pública, de acordo com a Lei nº 14.133/2021;
- Modalidades de Licitação, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- Critérios de Julgamento, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- Diferença entre Projeto Básico e Termo de Referência;
- Dos Procedimentos Auxiliares, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- Características do Sistema de Registro de Preços, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- Características do Credenciamento, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- Impactos da Lei nº 14.133/2021 na Governança das Contratações;
- Do Agente de Contratação;
- Repercussões da Lei nº 14.133/2021.

ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO E EDITAL:

- Planejamento da contratação, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- Justificativa da necessidade da contratação;
- Estudos preliminares e mapa de riscos;
- Equipe de Planejamento;
- As Built e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- Indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;
- Definição dos prazos, locais e procedimentos de entrega;
- Prazo de execução do objeto da licitação;
- Cronograma físico-financeiro;
- Deveres do contratado e do contratante;
- Prestação de garantia;
- Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;
- Análise de Amostras;
- Licitação por Item x Lote/Grupo;
- Critérios de Sustentabilidade;
- Documentos de habilitação/qualificação técnica;
- Pré-qualificação, de acordo com a Lei nº 14.133/2021;
- Audiência e Consulta Pública, de acordo com a Lei nº 14.133/2021;

- Regimes de Execução e Definição de Empreitada;
- Do Recebimento do Objeto;
- Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- Pesquisa de mercado, conforme a Instrução Normativa n. 73/2020 e pela Lei nº 14.133/2021;
- Aplicabilidade da Lei Complementar n. 123/2006 e suas atualizações no Termo de Referência e Edital;
- Repercussões da IN SEGES/MPDG nº 05/2017;
- Repercussões da IN SEGES/ME nº 40/2020;
- Modelos de Estudos Preliminares, Mapa de Riscos e Termo de Referência;
- Jurisprudências do TCU sobre os cuidados na elaboração do Termo de Referência;
- Exemplos práticos de Estudos Preliminares, Mapa de Riscos, Termo de Referência e Edital.

PREGÃO ELETRÔNICO:

- Procedimentos do Pregão Eletrônico conforme a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Federal nº. 10.024/2019;
- Definição de Bens e Serviços Comuns e Especiais, conforme Decreto Federal nº. 10.024/2019;
- Cotação Eletrônica/Dispensa Eletrônica, conforme o Decreto Federal nº. 10.024/2019;
- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- Documentações de habilitação e sua forma de envio, de acordo com Decreto Federal nº. 10.024/2019;
- Valor estimado, máximo e orçamento sigiloso, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Federal nº. 10.024/2019;
- Atribuições do Pregoeiro e da Autoridade Competente, conforme o Decreto Federal nº. 10.024/2019;
- Fases do Pregão (etapa de lances / aceitação / habilitação / adjudicação / homologação), conforme o Decreto Federal nº. 10.024/2019;
- A necessidade da negociação da proposta final pelo pregoeiro;
- Penalidades e as diferenças previstas nas normas gerais;
- Os benefícios das ME's e EPP's nas licitações, conforme a LC 123/2006 e suas atualizações;
- Regularidade Fiscal e Trabalhista das ME's e EPP's, conforme a LC 123/2006 e suas atualizações;
- Critério de Desempate nos certames, conforme a LC 123/2006 e suas atualizações;
- Licitações Exclusivas para MEs e EPPs, conforme a LC 123/2006 e suas atualizações;
- Exemplos Práticos.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS:

- Características do Contrato Administrativo;
- Formalização dos Contratos Administrativos – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
Cláusulas exorbitantes: alteração unilateral, rescisão unilateral, fiscalização, aplicação de sanção, ocupação provisória de bens e pessoal – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Cláusulas necessárias e aplicação na gestão e fiscalização do contrato – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Restrições à exceção do contrato não cumprido – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Substituição do termo de contrato por instrumentos congêneres – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Indicação e designação do fiscal para composição da equipe de planejamento da contratação – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Vedações de execução indireta, conforme Decreto nº 9.507/2018, IN SEGES/MP nº 05/2017 e Portaria MPDG nº 443/2018;
- Impactos do Decreto nº 9.507/2018 na gestão e na fiscalização do contrato – como a Lei nº 14.133/2021 incorporou normas do Decreto nº 9.507/2018; e da natureza dos serviços: continuado, de escopo, com mão de obra exclusiva – as definições trazidas na Lei nº 14.133/2021;
- Prazo de vigência x prazo de execução;
- Prorrogação do prazo de vigência e execução: hipóteses legais, requisitos, vedações e procedimentos – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Prorrogação de prazo de serviços continuados – novos prazos de duração dos contratos na Lei nº 14.133/2021;
- Prorrogação de prazos de serviços de escopo – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Prorrogação excepcional – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Alterações nos Contratos Administrativos – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Hipóteses legais de alteração unilateral e por acordo entre as partes;
- Alteração qualitativa: hipótese, requisitos e limites;
- Alteração quantitativa: hipótese, requisitos e limites;
- Procedimento de alteração contratual – requisitos positivados na Lei nº 14.133/2021; e
- Cuidados especiais nas alterações contratuais: fuga à modalidade de licitação, desnaturação do objeto e ausência de fato superveniente;
- Garantia Contratual – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;

- A fiscalização e o gerenciamento do Contrato conforme a IN 05/2017 e a Lei nº 14.133/2021;
- Aplicação de sanções administrativas por descumprimento do contrato: comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Inexecução parcial do contrato;
- Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro: comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Teoria da Imprevisão;
- Fatos geradores;
- Requisitos legais;
- Formalização: termo de apostilamento x termo aditivo – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Critérios para indicação e designação: capacitação, demais atribuições, volume de contratos e recusa à indicação e designação;
- Segregação de funções e rol de atribuições;
- Fiscalização Administrativa: fiscalização das obrigações trabalhistas e previdências para prevenir a responsabilidade da administração nos contratos de terceirização de serviços contínuos
Fiscalização Técnica: rotina de aferição da qualidade e quantidade de materiais e recursos humanos aplicados na execução do serviço;
- Fiscalização Setorial: acompanhamentos dos aspectos técnicos ou administrativos do contrato;
- Fiscalização pelo Público Usuário;
- Gestão do Contrato;
- Instrumentos de controle da gestão e fiscalização: utilização de check lists, roteiros, Instrumento de Medição de Resultado (IMR) nas rotinas de gestão e fiscalização dos contratos administrativos; e
Preposto: indicação formal, recusa, atribuições;
- A influência da Súmula nº 331/TST na fiscalização do contrato;
- O recebimento provisório e definitivo do objeto: procedimento à luz da IN SEGES/MP nº 05/2017 e o papel da gestão e fiscalização – comparativo com a Lei nº 14.133/2021;
- Procedimento de pagamento à luz da IN SEGES/MP nº 05/2017 – comparativo com a Lei nº 14.133/2021;
- A participação do gestor e do fiscal no pagamento do serviço;
- Retenção e glosa: hipóteses e procedimento;
- Conta Vinculada x Fato Gerador – previsões no Decreto nº 9.507/2018, IN SEGES/MP nº 05/2017 e Lei nº 14.133/2021;

- Sanções Administrativas e as diferenças previstas nas normas gerais e jurisprudências – tipicidade, procedimentos e competências introduzidas pela nº 14.133/2021;
- Hipóteses de rescisão do Contrato Administrativo por culpa do contratado, por culpa da Administração e por interesse público, caso fortuito e força maior – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Tipos de rescisão contratual – comparativo entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021;
- Devido processo administrativo de rescisão contratual conforme a legislação e princípios constitucionais.

QUEM VAI MINISTRAR O CURSO?



Serão nossos Professores **Lidiane Marques** e **Vinicius Martins**.

Lidiane é Mestre em Gestão e Estratégia pela UFRRJ. Especialização em Formação de Gestores de Contratos Administrativos. Analista Administrativo do Departamento de Gestão Hospitalar (DGH-RJ/SAS/MS).

Vinicius é Gerente de Licitações da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A e atuou como Coordenador de Administração e Chefe de Compras do Hospital Federal do Andaraí e Chefe da Divisão de Licitações do Departamento de Gestão Hospitalar.

CARGA HORÁRIA E DATAS:

25 (vinte e cinco) horas

Turma 6:

Data: 08, 09, 10, 11 e 12 de novembro 2021

Horário: 08h00 às 13h00

Turma 7:

Data: 13, 14, 15, 16 e 17 de dezembro 2021

Horário: 08h00 às 13h00

REQUISITOS TÉCNICOS RECOMENDADOS PARA ASSISTIR A AULA SEM PROBLEMAS:

Para otimizar o funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas:

Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core 4Gb RAM Internet de 5mbps (de preferência por cabo).

Navegador: Utilizar o Google Chrome, preferencialmente

Velocidade da internet: a partir de 3 mbps por participante

IMPORTANTE: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

INVESTIMENTO E FORMAS DE PAGAMENTO:

R\$ 1.890,00 (mil oitocentos e noventa reais).

O pagamento poderá ser realizado por meio de boleto ou transferência bancária para as seguintes contas:

- Banco do Brasil: Ag. 0021-3 | Cc. 104154-1
- Caixa Econômica Federal: Ag. 1564 | Cc. 908-8 (Operação 003)

Para pessoas físicas, estão disponíveis as opções de pagamento via Cartão de crédito e PicPay

MAIS INFORMAÇÕES:

Telefone: (27) 3224-4461 **WhatsApp:** (27) 98178-2266

E-mail: esafi@esafi.com.br **Site:** www.esafionline.com.br

PARA FAZER SUA INSCRIÇÃO AGORA, ACESSE O LINK: www.esafionline.com.br